



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
POLO BARRAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

ELISÂNGELA DE SOUSA SALES ANDRADE

**ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DAS CAPACIDADES
E HABILIDADES DE ALUNOS COM DI E T21- DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E
SÍNDROME DE DOWN.**

BARRAS

2023

ELISÂNGELA DE SOUSA SALES ANDRADE

ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DAS CAPACIDADES E
HABILIDADES DE ALUNOS COM DI E T21- DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E
SÍNDROME DE DOWN.

Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo Científico
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em Educação
Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Barras.

Orientador: Prof. Dr. Denílson Pereira da Silva

BARRAS

2023

ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DAS CAPACIDADES E HABILIDADES DE ALUNOS COM DI E T21- DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SÍNDROME DE DOWN.

Elisângela de Sousa Sales Andrade¹
Prof. Dr. Denílson Pereira da Silva²

RESUMO

O referido trabalho parte do interesse de compreender como ocorre a inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual e Síndrome de Down. Assim sendo, o objetivo principal do presente trabalho é analisar com base nas contribuições de autores e teóricos sobre como ocorre a inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual e Síndrome de Down no ambiente de sala regular e as metodologias que oferecem no processo de aprendizagem. Para tanto foram analisadas as principais legislações e ações governamentais, como a Constituição Federal de 1988, LDB/9394/96, Decreto nº 5.296 (2004), PNE (2008) e através de revisão bibliográfica de autores como: silva (2009), Júnior et al. (2011), Tubino (2013), Dias (2013), Aranha (2001), Barros (2011), Landi (2007), Mata (2018), reis (2015), Rodrigo e Ambrósio (2015) e Osório (2020). Diante desse contexto, a relevância desse trabalho é a ampliação de saberes sobre a Deficiência Intelectual – DI e a Síndrome de Down – T21, como ocorre a inclusão desses alunos, apresentando as barreiras que existem no processo ensino-aprendizagem a qual estão vinculadas e sugeridas estratégias para promoção e aperfeiçoamento das capacidades e habilidades desses alunos.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Síndrome de Down; Inclusão.

ABSTRACT

This work is based on the interest of understanding how the inclusion of students with Intellectual Disabilities and Down Syndrome occurs. Therefore, the main objective of this work is to analyze based on the contributions of authors and theorists on how the inclusion of students with Intellectual Disability and Down Syndrome occurs in the regular classroom environment and the methodologies they offer in the learning process. To this end, the main legislation and government actions were analyzed, such as the Federal Constitution of 1988, LDB/9394/96, Decree nº 5.296 (2004), PNE (2008) and through a bibliographic review of authors such as: Silva (2009), Júnior et al (2011), Tubino (2013), Dias (2013), Aranha (2001), Barros (2011), Landi (2007), Mata (2018), Reis (2015), Rodrigo e Ambrósio (2015) e Osório (2020). Given this context, the relevance of this work is the expansion of knowledge about Intellectual Disability ID and Down Syndrome - T21, how the inclusion of these students occurs, presenting the barriers that exist in the teaching-learning process to which are linked and suggest for promotion and improvement of the capacities and abilities of these students.

¹Elisângela de Sousa Sales Andrade¹ pós-graduanda do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí – Polo Barras, email:elisangelasousasales@gmail.com.

²Prof. Dr. Denílson Pereira da Silva¹, professor/orientador do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí – Polo Barras.

Keywords: Intellectual Disability; Down Syndrome; Inclusion.

Data de aprovação:08/12/2023

1.INTRODUÇÃO

No censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010, 23,9% dos entrevistados disseram possuir alguma deficiência, sendo que 2.617.025 declararam ter deficiência intelectual. A contagem, contudo, foi feita por amostragem, ou seja, em apenas algumas casas aplicou-se o formulário completo, em que o cidadão declara-se possuir alguma deficiência.

Não existe ainda no país uma estatística específica sobre o número de brasileiros com Síndrome de Down – T21. Uma estimativa pode ser levantada com base na relação de 1 para cada 700 nascimentos, levando-se em conta toda a população brasileira. Ou seja, segundo esta conta, cerca de 300 mil pessoas no Brasil teriam Síndrome de Down.

A inclusão escolar e social das pessoas com deficiência é um grande desafio na sociedade brasileira. Faz-se necessário a luta dos diversos integrantes da sociedade para que a inclusão dessas pessoas com deficiência se concretize e seja uma realidade. Para isso, passos fundamentais são essenciais para transformações nos quadros de marginalização dessas pessoas como: mudanças nas concepções; articulação das práticas sociais aos seus direitos conquistados na legislação vigente; desenvolvimento de políticas sociais e educacionais com vistas à inclusão dos estudantes com deficiência.

A educação, direito fundamental ao ser humano, está explícita na Constituição Federal e outros documentos legais (BRASIL, 1988). A garantia desses direitos reflete na construção de uma educação trazendo assim novos rumos para construir uma sociedade mais justa, igualitária e sem preconceitos.

O referido trabalho cujo tema trata sobre a Deficiência Intelectual (DI), Síndrome de Down (T21) e o Processo de Aprendizagem, vem com o título - Estratégias para a Promoção e Aperfeiçoamento das Capacidades e Habilidades de Alunos com DI e T21- Deficiência Intelectual e Síndrome de Down. O interesse pelo tema surgiu de questionamentos relacionados à compreensão do processo de inclusão desses alunos em alguns aspectos - Por que a inclusão de alunos com DI e T21 não ocorre devidamente?

A escola deve ser preferencialmente aquela comprometida com o atendimento da diversidade de alunos, ou seja, uma escola inclusiva. Já existe literatura suficiente que comprova que crianças com e sem deficiência estudando lado a lado, nas mesmas salas de aula da escola comum, se beneficiam mutuamente. E se queremos um mundo de mais respeito e menos preconceito, esta é a saída: crianças com todas as suas diversidades crescendo, brincando e aprendendo juntas.

É importante salientar que no nosso país temos uma legislação (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) que garante a Educação Inclusiva como direito de todas as crianças.

Pois para falar de inclusão desses alunos, não significa simplesmente afirmar que os mesmos foram matriculados, integrados. O que precisa ocorrer é a interação, a inclusão e isso demanda uma série de decisões, tais como adaptações ao currículo escolar, adequando às necessidades desses discentes com o objetivo de promover o processo ensino-aprendizagem. Sabemos que as dimensões de um projeto educacional inclusivo requerem muitas demandas,

tomada de decisões, tais como estrutura física adequada, eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, instrumentais, programáticas e naturais.

Acredita-se que essa inclusão não ocorre de fato pela ausência de alguns fatores relevantes que estariam atribuídos à falha no acompanhamento de forma mais eficaz e potencializado por parte da família e da escola e até mesmo à dificuldade na interface de forma eficiente entre ambos e com a equipe multidisciplinar e ou multiprofissional.

O interesse pelo tema desse projeto justifica-se pelo fato de ser pedagoga, professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e por ser mãe de uma criança com T21(Síndrome de Down). O referido trabalho visa compreender como ocorre a inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual e Síndrome de Down (T21), no desenvolvimento da realização das atividades de sala de aula, como também no ambiente escolar.

“A deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento”. (BRASIL, 2007, p.16) uma vez que sabemos que as adaptações existentes neste setor não favorecem totalmente no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças com este tipo de deficiência, pois a maioria das escolas regulares aponta uma grande preocupação e alegam dificuldades ao receber estes alunos, devido não ter na instituição de ensino, profissionais especializados no atendimento direto aos discentes com este tipo de necessidades especiais, como também a falta de capacitação e preparação do educador da sala de aula regular, tornando assim uma problemática para a instituição de ensino com relação à inclusão desses alunos e seu desenvolvimento, interação e aprendizagem. Tal situação ilustra o que a definição da Organização Mundial de Saúde – OMS de 2011 e a Convenção da Guatemala acusam como agravante da situação de deficiência. (BRASIL, 2007).

A linha de pesquisa parte também do interesse de evidenciar de que forma ocorre a relação família e escola, bem como descobrir se esta instituição-família tem algum interesse em buscar saber de que forma seu filho está sendo inserido no sistema, ressaltando também a sua contribuição ou não no requisito aprendizagem. Já que é sabido que a maioria dos problemas constatados são gerados pela ausência de acompanhamento escolar e pelas falhas ao acatar as orientações passadas pelos profissionais que trabalham diretamente com esses alunos.

Diante do exposto, a relevância desse trabalho em estudo, é de contribuir junto à comunidade escolar, obtendo maiores informações sobre a referida deficiência e a inclusão desses alunos de forma efetiva, estabelecendo as barreiras que existem no processo de ensino e aprendizagem a qual estão vinculados.

O presente trabalho integra uma reflexão crítica com base nas contribuições de autores e teóricos sobre como ocorre a inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual - DI e Síndrome de Down -T21 no ambiente de sala regular e traz os seguintes objetivos específicos:

Apresentar como se dá a interação família, escola e equipe multiprofissional, para a inclusão de alunos com DI e T21 de acordo com a produção científica atual;

Examinar quais recursos metodológicos são mais eficazes, segundo o estado da arte, a serem usados pelos professores de sala regular observando a relevância dada por eles nas questões de adaptações, ajustes de forma que alcance todos os alunos, respeitando suas habilidades e dificuldades;

Enumerar os possíveis fatores que repercutem de forma positiva no processo de ensino-aprendizagem como também aqueles que dificultam a aquisição de saberes nos alunos com DI e T21, conforme os autores pesquisados.

Para isso foram realizadas leituras de produção bibliográfica da área de concentração que serviu como ponto de partida, revisão de literatura, a redação do trabalho e revisão textual. Feito isso, pretendeu-se evidenciar os distanciamentos e as convergências entre os resultados esperados num projeto educacional inclusivo, a formação de professores e sua atividade docente

verificando se sua prática fora orientada para o acolhimento e o trato da diversidade incluindo conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com deficiência.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Referindo-se à Deficiência Intelectual, por muito tempo essa deficiência era vista como uma doença mental, que impedia a inclusão total destes indivíduos, ocasionando seu isolamento perante a sociedade e a família. Na antiguidade, os nobres detinham o poder político, social e econômico da época, valorizavam o homem por seus serviços prestados e por suas características pessoais e utilidades práticas; pois naquele período os indivíduos eram formados para servir o Clero, às Artes e as Guerras. As pessoas diferentes, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas eram exterminadas, abandonadas e segregadas. Retardados mentais eram usados em trabalhos comuns e fonte de diversão – bobo e palhaço.

A concepção de deficiência passou a ser entendida numa visão metafísica, de natureza religiosa (ora poder demoníaco, ora castigo divino). Com o fortalecimento da Igreja Católica, o Clero assume o poder político, social, cultural, e econômico da época. Pessoas doentes, defeituosas, mentalmente afetadas, não eram mais exterminadas, eram consideradas criaturas de Deus. No sec. XII, surgem as primeiras legislações e as primeiras instituições para abrigar deficientes mentais, (cuidar da sobrevivência e dos bens materiais dessas pessoas).

No período que compreende os sec. XVI e XVII, a deficiência intelectual tinha terminologia nos termos “Debilidade Mental e Infradotação, Imbecilidade e Retardo Mental”. Esse período foi marcado pela influência da medicina que começa a buscar as causas orgânicas para explicar essa deficiência. Nesse período médicos e psiquiatras tornaram-se grandes defensores da causa como o francês, Phillipper Pinel que afirmava que o meio social não exercia nenhuma influência sobre a pessoa com deficiência; Jean Itard, defendia que as pessoas com DI poderiam ser educadas, que sua metodologia se baseava numa visão empirista do conhecimento e Edeuar Sérgin (criador da 1ª escola especial para DI em 1837). Ele considerava no estudo sobre DI as causas orgânicas e sociais.

A fim de compreendermos como se deu o nascimento do sujeito “ideal” da educação, partiremos de uma reflexão sobre a sociedade moderna, a qual teve seu apogeu entre os séculos XVII e XIX. Neste contexto, a ciência e a razão humana se tornaram os grandes fatores de explicação do mundo, substituindo a visão teocêntrica que predominou na Idade Média em decorrência do poder político, econômico e ideológico exercido pela Igreja. A emergência de movimentos como o Renascimento, o Iluminismo, a Revolução Industrial entre outros que marcaram o nascimento da Era Moderna, contribuíram para a construção social dos sujeitos da educação. A instituição de padrões e normas ocorridos na modernidade norteou a formação dos indivíduos no que concerne ao seu comportamento diante da sociedade que se constituía (ANTUNES, 2007).

Para Januzzi (*apud* ZANFELICI, 2008) em 1890, após a realização de uma reforma nos métodos educacionais do Instituto Benjamim Constant (anteriormente denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos), o eixo científico começa a ser um pouco valorizado no ensino do deficiente. A referência para a normalidade passa a ser o posicionamento no rendimento escolar, e não havia qualquer orientação que balizasse o tratamento dos ditos “anormais”. Assim, embora a ênfase fosse a educação em coletividade, os alunos com desenvolvimento atípico eram segregados em diferentes salas de aula para que não ocorressem interferências no ritmo de aprendizado dos demais alunos. Durante esse período, educava-se em nome da “ordem

e progresso”, na tentativa de evitar que deficientes não educados se tornassem criminosos ou perturbadores da ordem social.

A deficiência intelectual no séc. XVIII era vista como uma doença mental, que era tratada pela medicina institucional, onde os indivíduos eram retirados das comunidades de origem, desligando-os da sociedade e da família, mantendo-os isolados para a sua proteção e tratamento educacional (ARANHA, 2001 p. 103).

Em 1939, no Congresso de Genebra a deficiência intelectual recebe a nomenclatura de Deficiência Mental. Em 2004, na Conferência realizada no Canadá o termo Deficiência Mental passa a ser chamado de Deficiência Intelectual.

2.2 CONCEITO E DEFINIÇÕES DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL- DI E SÍNDROME DE DOWN - T21.

Segundo Júnior *et al.* (2011, p. 79) a Síndrome de Down ou Trissomia do 21 (T21) “conhecida como mongolismo, ocorre devido a uma alteração que está associada com a deficiência mental, causada por simples erro ou acidente biológico. Onde a criança constitui um cromossomo a mais nas células do seu organismo”.

Para Landi (2007, p.10) a definição da Síndrome de Down “é muito complexa, pois não se pode simplesmente definir um indivíduo pelo fato de constituir alguns genes ou destacar a cor da pele”, e para a Síndrome de Down fazer este tipo de definição apenas pelo seu fator genético ou físico é ignorar totalmente a pessoa que está levando em questão.

A Trissomia do cromossomo 21 é o responsável pela produção das alterações no processo de desenvolvimento físico e mental na grande maioria das pessoas com Síndrome de Down, pois ele constitui três cromossomos no par 21, soltos nas células, possuindo assim 47 cromossomos denominados Trissomia simples (JUNIOR *et al.* 2011, p. 79).

Segundo Portes *et al.* (2013) não tem dados precisos e atualizados da Síndrome de Down no Brasil, porém a estimativa é que ocorra com base ao número total da população do país, sendo de um a cada 600 e 800 nascimentos, com média de oito mil novos casos a cada ano.

2.3 AMPAROS LEGAIS QUE GARANTEM O DIREITO E O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SÍNDROME DE DOWN.

Os principais documentos legais que abordam o direito à educação e a garantia ao pleno atendimento das pessoas com DI e Síndrome de Down na rede regular de ensino.

4.3.1 No âmbito Internacional:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948 – art. 1º, 2º, 7º e 26º;
- Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU, de 1959 – proteção integral das crianças através do direito à educação;
- Declaração Jomtien – 1990 – Conferência Mundial sobre a Educação para todos;
- Declaração de Salamanca – 1994 – Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade;

- Declaração da Guatemala – 2001 – Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2009;

4.3.2 No âmbito Nacional:

- Constituição da República Federativa do Brasil – 1998 – art.5º, 6º, 205º e 206º;
- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996;
- As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, previstas na Resolução nº 02, de 2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, fundamentadas no Parecer dessa mesma Câmara de nº 17, de 2001 devidamente homologado;
- Decreto de Acessibilidade (Decreto nº 5.296, de 2004) – Prescreve o direito a atendimento prioritário às pessoas com alguma deficiência; Fornece uma definição de deficiência intelectual; Regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00;
- O Ministério da Educação, em sua Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre 2008;
- Parecer Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) nº 21 de 2009;
- O Decreto nº 7.611, de 2011 – Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
- Lei nº 13.005, de 2014 (Plano Nacional de Educação) – Universalização do acesso;
- Lei nº 13.146, de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Portaria nº 6.571/08 – Dispõe sobre o atendimento educacional especializado;
- Decreto nº 3.298/99 – Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (sic), consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Podemos verificar que ao longo dos anos houve várias conquistas com relação aos direitos das pessoas com algum tipo de deficiência, resultado de lutas internas e externas dentro da educação especial, porém, longe de alcançarmos de fato a prática dessas leis nos seus cotidianos.

3.METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como base os estudos das principais legislações e ações governamentais dos últimos 10 anos (2013-2023), revisão bibliográfica de autores que tratam sobre a Educação Inclusiva e sobre as Estratégias para Promoção e Aperfeiçoamento das Capacidades e Habilidades de Alunos com DI e T21 – Deficiência Intelectual e Síndrome de Down.

Quanto aos procedimentos técnicos essa pesquisa é bibliográfica. Pois para Reis (2015, p.55), a pesquisa bibliográfica é a técnica que auxilia o estudante a revisar a literatura que lhe permite conhecer e compreender melhor os elementos teóricos que fundamentarão a análise do tema e do objeto de estudo da pesquisa. " Todo trabalho Científico, não importa seu nível, começa pela pesquisa bibliográfica pois é ela que fornece os elementos teóricos para o item denominado de revisão de literatura, fundamentação teórica ou quadro teórico." (REIS, 2015, p.56).

Quanto à abordagem de análise das informações e dados, essa pesquisa é qualitativa. Pois "tem como objetivo interpretar e dar significados aos fenômenos analisados sem empregar os métodos e as técnicas estatísticas como base do processo de análise de um problema." (REIS, 2015, p.61).

Isso significa que "nessa abordagem de pesquisa os resultados não são traduzidos em números, unidades de medidas ou categorias homogêneas de um problema, como é o caso da abordagem quantitativa". (IBDEM, 2015, p.61).

Sendo assim, para Reis (2015), a Abordagem Qualitativa da Pesquisa tem como objetivos:

Interpretar e dar significados aos fenômenos analisados; Descrever a complexidade de um específico problema; Analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais; Possibilitar o entendimento das possibilidades do comportamento dos indivíduos; Atribuir significados básicos aos conceitos no processo de pesquisa qualitativa (REIS, 2015, p.61-62).

Para efetivação desse trabalho, realizou-se uma busca nas bases de dados de confiança e científica, como o SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ON LINE (SciELLO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. Além disso, foram analisadas legislações, decretos, ações governamentais seguindo um recorte temporal dos últimos 10 anos (2013-2023) que visou coletar informações que contribuíssem para a concretização desse trabalho através dos descritores: "Deficiência Intelectual", "Síndrome de Down", "Inclusão", a fim de obter uma compreensão mais ampla do fenômeno analisado e determinar a credibilidade dos dados coletados e sua compatibilidade. Essa pesquisa foi realizada no período de quatro meses (junho - agosto/2023).

A partir dos bancos de dados citados e do uso dos descritores estabelecidos, foram coletados artigos por meio de análise de resumos, cujos assuntos estavam de acordo com a temática da pesquisa. Assim, os artigos que não atenderam aos critérios de inclusão, foram descartados.

Vale ressaltar que buscando o descritor "Deficiência Intelectual, Síndrome de Down e Inclusão", foram encontrados poucos resultados, porém quando usamos o descritor "Deficiência Intelectual" encontramos uma infinidade de produção científica, e com o descritor "Inclusão" encontramos diversos trabalhos, porém muitos deles eram relacionados a outros temas inerentes a outras discussões.

Apesar do título do referido artigo tratar de Estratégias para Promoção e Aperfeiçoamento das capacidades e Habilidades de alunos com DI e T21 – Deficiência Intelectual e Síndrome de Down, informações contidas nesse trabalho advêm de artigos e produção científica relacionada à Educação Especial, ou temas semelhantes.

Inicialmente, buscou-se no sciello o tema através das palavras-chaves: Deficiência Intelectual, Síndrome de Down e Inclusão, e foi encontrado somente 01 trabalho. Depois buscou-se com o descritor Síndrome de Down e somente foi detectado 01 artigo. Mas quando foi buscado pelo descritor Deficiência Intelectual, foram entregues 53 trabalhos e com o descritor Inclusão, 24 trabalhos.

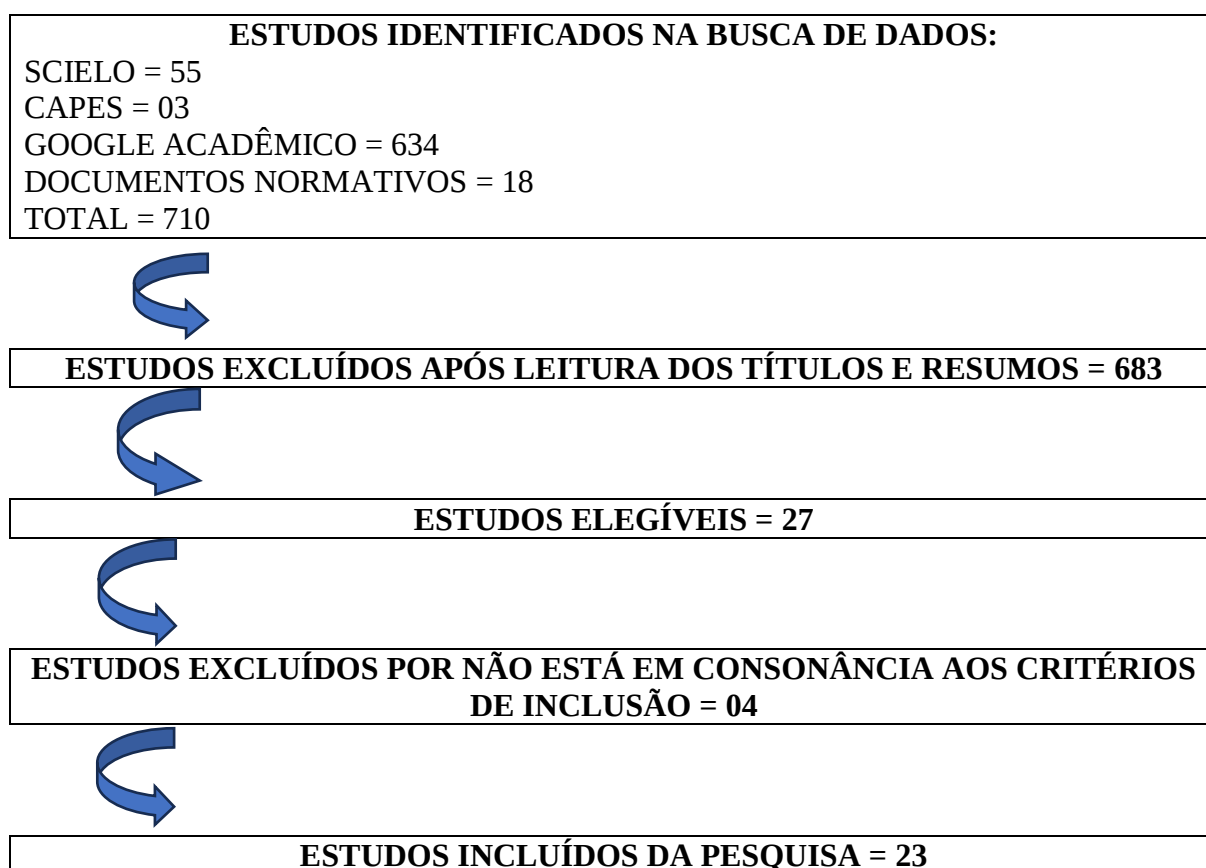
Em seguida, buscou-se no google acadêmico o tema através das palavras-chaves: Deficiência Intelectual, Síndrome de Down e Inclusão e foram encontrados 634 trabalhos. Depois buscou-se com o descritor Deficiência Intelectual, 268 artigos foram apontados e com o descritor: Inclusão 21 trabalhos. A partir daí foi realizado um paralelo com os títulos e foi constatado pouca relação com os objetivos propostos no referido trabalho. Portanto, de todos os artigos relacionados, excluídos por incompatibilidade dos títulos e posteriormente nos

resumos, apenas 03 demonstravam alguma semelhança com o tema, ou seja, mais proximidade do propósito desse trabalho.

Na caps foi realizada uma busca, utilizando os descritores Deficiência Intelectual, Síndrome de Down, Inclusão e não fora encontrado nenhum trabalho. Já com o descritor Deficiência Intelectual foram encontrados 03. E apenas 01 foi selecionado, após exclusão por incompatibilidade nos títulos e resumos.

Segue a tabela 1 que apresenta as etapas de seleção dos documentos encontrados de acordo com os descritores acima citados.

Tabela 1 – ETAPAS DE SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Após realizar a seleção dos artigos disponibilizados nas plataformas dos sites da internet, descritos anteriormente, foram tabelados e analisados, quanto aos seus resultados que será exposto na seção seguinte.

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante os critérios de inclusão e exclusão apresentados nas etapas descrito na seção anterior, e a partir dos descritores utilizados, foram selecionados 05(cinco) documentos que estão relacionados com a temática desse artigo.

Portanto, nesta seção foram analisados os textos acadêmicos bem como os artigos selecionados durante o processo de levantamento bibliográfico. Para isso, foram buscados os

descritores: “Deficiência Intelectual, Síndrome de Down e Inclusão”. Sendo elencados Autores, Ano de Publicação, Título da Obra e a Visão que os referidos autores têm sobre Deficiência Intelectual, Síndrome de Down e como ocorre o processo de inclusão desse público-alvo; tais como: DIAS (2013), TUBINO (2013), REIS (2015), RODRIGO E AMBRÓSIO (2015), MATA (2018) e OSÓRIO (2020), conforme quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Documentos sobre Deficiência Intelectual, Síndrome Down e Inclusão

AUTOR(ES)	ANO PUBLICAÇÃO	TÍTULO	VISÃO SOBRE DI, SD e INCLUSÃO (Deficiência Intelectual, Síndrome de Down e Inclusão)
TUBINO	2013	Considerações acerca da educação da criança com Síndrome de Down e o processo de inclusão.	a deficiência intelectual com o passar de alguns anos, sofreu várias alterações, até chegar a esta terminologia, mudou de retardo para atraso, depois deficiência mental e outros, para um conceito mais complexo onde caracteriza a insuficiência no desenvolvimento intelectual, parcial e total.
DIAS	2013	Deficiência Intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto.	A deficiência intelectual encontra-se em situação peculiar, tanto devido à invisibilidade inerente ao indivíduo não sindrômico, como pelas representações sociais dominantes que, ao passo que atribuem à pessoa com deficiência intelectual uma cognição infantil, contribuem para lhes excluir do direito a uma vida autônoma e cidadã
RODRIGO E AMBRÓSIO	2015	Estratégias de aprendizagem usadas para alunos com Síndrome de Down. IV Congresso de Psicopedagogia Escolar	Sugere algumas estratégias a serem trabalhadas.
MATA	2018	Escolarização de alunos com Síndrome de Down: Um estudo de caso.	a deficiência intelectual não mostra características idênticas, ela é considerada por uma função de gravidade existente num quadro de graus, onde este pode ser identificado como leve, moderado, grave ou profundo. Partindo de uma avaliação na capacidade adaptativa do sujeito, na realização de suas tarefas diárias e laboral.

OSÓRIO	2020	Professores de uma escola pública. Universidade LaSalle Editora A falta de oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica:	Sala de aula inclusiva
--------	------	--	------------------------

FONTE: Autores da pesquisa, 2023.

Diante das pesquisas realizadas, os estudos de Tubino et al. (2013) a deficiência intelectual com o passar de alguns anos, sofreu várias alterações, até chegar a esta terminologia, mudou de retardo para atraso, depois deficiência mental e outros, para um conceito mais complexo onde caracteriza a insuficiência no desenvolvimento intelectual, parcial e total.

O novo termo sobre a deficiência intelectual ocorreu no ano de 2004, através de várias conversas, realizadas na Conferência Internacional sobre a Deficiência Intelectual, onde resultou em uma declaração de Montreal sobre este tipo de deficiência (TUBINO, 2013 apud CANADÁ, 2004 p. 19184).

Segundo Tubino *et al.* (2013) a Síndrome de Down – T21 foi descoberta por John Langdon Down, como uma alteração cromossômica em 1866, onde ele realizou diversos estudos e analisando as características existentes em algumas crianças que possuía alguns traços estranhos, com isso foi possível desenvolver uma descrição física e clínica válida até os dias atuais. A Síndrome de Down (SD) ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada.

Para Mata (2018) a deficiência intelectual não mostra características idênticas, ela é considerada por uma função de gravidade existente num quadro de graus, onde este pode ser identificado como leve, moderado, grave ou profundo. Partindo de uma avaliação na capacidade adaptativa do sujeito, na realização de suas tarefas diárias e laboral.

A deficiência intelectual encontra-se em situação peculiar, tanto devido à invisibilidade inerente ao indivíduo não sindrômico, como pelas representações sociais dominantes que, ao passo que atribuem à pessoa com deficiência intelectual uma cognição infantil, contribuem para lhes excluir do direito a uma vida autônoma e cidadã (DIAS *et al.* 2013, p. 170).

Conforme revisão bibliográfica percebemos os Desafios para a garantia da Inclusão das Pessoas com Deficiência Intelectual – DI e Síndrome de Down – T21 nos espaços escolares. Amparos legais existem, a grande dificuldade é efetivá-los.

Podemos destacar como dificuldade a ausência da maioria das famílias de alunos com deficiência que não está totalmente envolvida no que diz respeito à inclusão desses alunos no ambiente escolar e sala de aula. Sabe-se que a interação família e escola contribui bastante no desenvolvimento das crianças, principalmente com as que possuem deficiência. Outro fator existente nesta base é o descaso em relação ao atendimento às orientações transmitidas pela escola e pelos profissionais especializados que fazem o acompanhamento desses alunos.

Em relação à escola, a falta de estrutura física neste ambiente ao receber esses alunos gera uma grande preocupação tanto no setor educacional como familiar. A equipe multiprofissional, a forma e a maneira de utilização dos recursos metodológicos usados pelos professores de sala regular na maioria não alcançam o aluno com deficiência seja ausência de apoio da própria instituição, como a não capacitação ou preparação desse profissional ao

trabalhar com esses alunos ou os recursos didáticos usados não oferecem a interação do aluno com os outros colegas ou até com o próprio docente.

Os educadores não estão capacitados para receber crianças com deficiência na escola regular. É preciso investimento, tanto nas famílias dos alunos inseridos na escola, quanto dos profissionais que recebem estes discentes, visando melhoria no processo de ensino (Luiz et al. 2012, p.657).

A ausência de sala multifuncional na própria instituição escolar com equipe preparada para o atendimento a essa criança no contraturno de aula, caso existisse, contribuiria e favoreceria muito no seu desenvolvimento escolar.

Segundo Osório et al. (2020) uma sala de aula inclusiva, deve ofertar apoio pedagógico, através do trabalho pedagógico especializado nas salas de recursos.

De acordo com Tubino (2013, p.19187) “o espaço escolar oportuniza a inclusão da criança com deficiência, estimulando na aprendizagem desse aluno”. Ressalta ainda que quando a educação é bem sucedida, oferece a socialização do discente com deficiência com os colegas, promovendo uma relação entre ambos e atribuindo ao deficiente a sua inclusão e envolvimento no que os colegas estão fazendo na classe, facilitando na sua aprendizagem.

Diante do exposto, faz-se necessário abordar enfoques metodológicos e estratégias de ensino.

4.1 PLANEJAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

Todas as barreiras devem ser eliminadas da escola. Que são elas: Barreiras Arquitetônicas, Barreiras Comunicacionais/Informacionais, Barreiras Atitudinais, Barreiras Programáticas, Barreiras Instrumentais, Barreiras Naturais. Propõe-se eliminar esses sete tipos de barreiras existentes nos sistemas educacionais comuns, a fim de torná-los acessíveis e acolhedores para todos os alunos (com ou sem deficiência).

É necessário que sejam desenvolvidas diferentes estratégias de ensino, aprendizagem de forma a proporcionar ao aluno melhor interação, participação e desenvolvimento deste nas atividades propostas, possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento. Através da utilização das estratégias é estabelecido o que é necessário para desenvolver e resolver as atividades apresentadas e determinam quais as técnicas mais adequadas para se utilizar na execução das mesmas no processo de aprendizagem.

É preciso que o professor planeje variadas estratégias de ensino, pois nem todos os alunos constroem o conhecimento pelos mesmos caminhos, ou seja, os alunos têm diferentes formas de aprender.

Vale enfatizar, que não existe um método ideal para o direcionamento das atividades para os alunos com deficiência intelectual, de forma alguma se propõe que deva ser utilizada uma gama de métodos indiscriminadamente, Mas sim, refletir constantemente sobre o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, sobre a própria prática e sobre as oportunidades de interação do aluno com o objetivo de conhecimento, a fim de avaliar a eficácia das estratégias, bem como propor adaptações e/ou alteração de procedimentos.

Rodrigues e Ambrósio (2015 p.7) sugerem algumas propostas de estratégias a serem trabalhadas para desenvolver a aprendizagem do aluno com Síndrome de Down: Rotina diária, trabalhar socialização e oralidade, trabalhando o corpo humano, trabalhar atividades corriqueiras, números telefônicos, leitura e escrita, reconhecimento da escrita, quebra-cabeça, jogos interativos. Também a utilização de recursos pedagógicos concretos que propiciem a eles experiências de montar, desmontar, encaixar, manipular, jogos e brincadeiras lúdicas, produção de textos orais que trabalhem atividades que envolvam noções espaço temporal, teatro de fantoches ou palitoques, privilegiar a metacognição, etc.

Os autores enfatizam quatro graus de apoios, conforme o nível de comportamento intelectual manifestado: Intermitente – curto prazo; Limitado – longo prazo; Extensivo – diário; Pervasivo – constante, de alta intensidade;

Enfim, quanto mais diversificados e adequados às diferenças de ritmo e estilos de aprendizagem dos alunos forem os métodos de ensino, menores serão as barreiras de aprendizagem.

O professor deverá examinar na prática em sala de aula constantemente, verificando as modificações necessárias no planejamento, buscando reajustá-lo de forma a atender às necessidades educacionais dos alunos.

O professor deverá explorar todos os canais de conhecimento da criança, sua experiência com o mundo, suas formas de interação e suas maneiras particulares de aprender, sendo um observador, apoiado pela equipe pedagógica da escola que deve possibilitar recursos para melhor organização das condições em que se ensina.

Nesta perspectiva, o processo de avaliação da aprendizagem deve ser um processo dinâmico que envolve a relação interpessoal que se estabelece entre professor e alunos; valoriza o processo de ensino e de aprendizagem, busca conhecer as estratégias de aprendizagem dos alunos e oferecer sugestões potencialmente úteis para o ensino.

Assim sendo, os princípios exclusivistas apontam que elas devem frequentar desde cedo à escola, a qual deve valorizar, sobretudo, os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades (OLIVEIRA, 2008).

A condição de deficiência intelectual não pode predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas especificidades sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os documentos normativos e a contribuição de autores que discutem como se dá a inclusão de alunos com Síndrome de Down e Deficiência Intelectual, percebemos que além da necessidade de garantia dos direitos de igualdade e condições de acesso e permanência na escola, do AEE na rede regular de ensino preferencialmente, do atendimento prioritário, da acessibilidade, do direito a adaptações e de acesso ao currículo, não podemos definir alguém pelo seu fator genético ou físico, que a deficiência intelectual não pode ser fator preponderante para determinar o nível de aprendizagem ou apego às limitações ao invés da valorização do seu potencial ou de suas habilidades. Certamente o maior impedimento não é a Síndrome de Down – T21, nem a Deficiência Intelectual e sim, as barreiras que são impostas a esse público-alvo.

O deficiente intelectual necessita aprender a ser e a viver como realmente é: uma pessoa com direitos e deveres, que necessita ser educado de forma significativa a fim de ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo e estimular seu desejo e confiança para conquistar competências intra e interpessoal. A entrada do aluno com deficiência intelectual na escola, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado para a educação brasileira, na medida em que possibilitam um processo de criação pedagógica, na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e levando-os a inserção no mundo cultural e na vivência histórica enquanto homem presente e atuante em seu tempo.

Portanto, o sistema escolar deve oferecer apoios a todos os alunos (com ou sem deficiência). Entende-se como apoio todo e qualquer auxílio que melhore o funcionamento da vida da pessoa, em cinco dimensões: habilidades intelectuais, comportamento adaptativo, participação, interações e papéis sociais, saúde e contexto.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**, revista do Ministério Público do trabalho, XI (21) 2001.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Avaliação da Inclusão Escola na rede estadual de ensino quanto ao aluno com síndrome de Down**: relatório da Frente Parlamentar de conscientização sobre a Síndrome de Down, avanços e perspectivas. São Paulo, 2018.
- BARROS, Luzia de Oliveira. **Inclusão e alunos com Síndrome de Down**: um estudo na rede regular de ensino de Ipatinga- MG. Curso de especialização em Desenvolvimento Humano, educação e Inclusão escolar-VAB/UNB. Universidade de Brasília. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.html. Acesso em 03 de março de 2023.
- CANADÁ, OPS/OMS. **Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual**. Montreal, out. 2004. Tradução: Jorge Márcio Pereira De Andrade, nov. 2004. Disponível em: http://www.defnet.org.br/decl_montreal.htm. Acesso 27 de março de 2023.
- CAIADO, Katia Regina Moreno; BAPTISTA, Cláudio Roberto de; JESUS, Denise Meyrelles. In: _____ (org.) **Deficiência Mental e Deficiência Intelectual em Debate** – Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **“3 vivas para o bebê!”** guia para Mães e pais de crianças com Síndrome de Down. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2012/12/TR%C3%8AS-VIVAS-PARA-0-BEB%C3%8A-2014.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2023.
- DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Deficiência Intelectual na perspectiva histórico-cultural**: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. Rev. bras. educ. espec. v.19, n.2, p.169-182, Marília June, 2013.
- Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down**. Disponível em: <http://federacaodown.org.br> > acesso 07 de maio de 2023.
- JUNIOR, Jairto Vitto; LIMA, Ana Lúcia dos Santos de. A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica**, v.9, n.1 ISSN 1678-7706, Criciúma, Santa Catarina, 2011.
- LANDI, Mariana Rechcan. **A inclusão da pessoa com Síndrome de Down no mercado de trabalho**: uma análise segundo a psicologia analítica. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9394/96. Brasília: MEC. 1996.
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**: Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/imagens/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. acesso 07 de maio de 2023.

MATA, Andréia Silva da. **Deficiência intelectual:** Análise da produção científica com base no modelo biomédico e modelo social da deficiência. *Filos e educ*, ISSN 1984-9605, v.10, n.2, p. 350-378, Campinas, maio/ agosto de 2018.

MARQUES, Regiane Rodrigues; Hartmann, Angela Maria. **Escolarização de alunos com Síndrome de Down:** Um estudo de caso. Monografias Ambientais, REMOA/ UFSM. ISSN 2236 1308, v. 8, n.8, p.1837-1849, ago. 2012.

MORENO, E.R.; FALCONI, N.A.S.S. **Estratégias de trabalho para alunos com deficiência intelectual:** Atendimento Educacional Especializado- AEE. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7241337-Estrategias-de-trabalho-para-alunos-com-deficiencia-intelectual-aee-atendimento-educacional-especializado-aee.html>> Acesso em 21 fev.2023.

OSÓRIO, Priscila Formagio; SARDAGNA, Helena Venites. Professores de uma escola pública. Universidade LaSalle Editora A falta de oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: narrativas dos. **Revista de Educação, Ciência e Cultura.** ISSN 22236 - 6377, v.25, n.1, Canoas, 2020.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental:** da superstição à ciência. São Paulo, 1984.

PORTES, João Rodrigo Maciel et al. **A criança com síndrome de Down:** na perspectiva da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com destaque aos fatores de risco e de proteção. *Bol. Acad. Paul.Psicol*, v. 33, n.85, São Paulo dez, 2013.

RODRIGUES, Elisângela de Azevedo Silva; AMBRÓSIO, Maria do Socorro. Estratégias de aprendizagem usadas para alunos com Síndrome de Down. **IV Congresso de Psicopedagogia Escolar.** Anais do evento, ISSN 2179-7978, 09 a 12 de novembro, 2015.

RUBIM, Dulcinéia Lustosa Mendes. **Pais de alunos com Síndrome de Down:** significados atribuídos à inclusão escolar e expectativa de escolarização. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down.** São Paulo. Mackenzie, 1999.

SILVA, Brígida Karina Liechocki Nogueira. Inclusão escolar de uma criança com Síndrome de Down. **IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE.** III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia PUCPR, 26 a 29 de outubro de 2009.

TUBINO, Ana Elisa; MIRANDA, Maria de Jesus Cano. Considerações acerca da educação da criança com Síndrome de Down e o processo de inclusão. **XI Congresso Nacional de Educação- EDUCERE.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 23 a 26/09/2013.

ZANFELICITI, T.O. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI.** *Educar*, Curitiba, n. 32, p.253-256, 2008.